

Jornalismo diversional: a diversão pela forma¹



Francisco de Assis

*Doutor em Comunicação Social pela Universidade
Metodista de São Paulo (Umesp)
Docente do Mestrado Profissional em Jornalismo
do Centro Universitário Fiam-Faam
E-mail: francisco@assis.jor.br*

Resumo: O artigo discute a possibilidade de relacionar jornalismo e diversão por meio da forma, mais precisamente pelas feições do formato que denominamos “reportagem de interesse humano”, subordinado ao “gênero diversional”, nos termos propostos por José Marques de Melo. Embasados em revisão bibliográfica e em pesquisa empírica – entrevistas com jornalistas brasileiros –, demonstramos que o cruzamento da informação de atualidade com o entretenimento não só é possível como também é confirmado no dizer desses profissionais.

Palavras-chave: Teoria do jornalismo, gêneros jornalísticos, jornalismo diversional, prática jornalística, forma jornalística.

Periodismo diversional: la diversión por la forma

Resumen: El artículo discute la posibilidad de relacionar el periodismo y la diversión a través de la forma, más precisamente por las facciones del formato que llamamos “reportaje de interés humano”, subordinado al “género diversional”, en los términos propuestos por José Marques de Melo. Basados en revisión de la literatura y en investigación empírica –entrevistas con periodistas brasileños–, hemos demostrado que la intersección de la información de actualidad con el entretenimiento no sólo es posible sino que también se confirma en el discurso de estos profesionales.

Palabras clave: Teoría del periodismo, géneros periodísticos, periodismo diversional, la práctica periodística, forma periodística.

Diversional journalism: the amusement by the form

Abstract: This article discusses the possibility of relating journalism and amusement by means of the form, in more precise terms in the format characteristics we call “human interest report”, subordinated to the “diversional genre”, in the terms proposed by José Marques de Melo. Based on bibliographical review and empirical investigation – interviews with Brazilian journalists – we demonstrate that crossing information on updated facts with entertainment not only is possible but also it is sustained by these professionals interviews.

Keywords: Journalism theory, journalistic genres, diversional journalism, journalistic practice, journalistic form.

Tema explorado em nosso doutoramento (Assis, 2014), *jornalismo diversional* consiste em nomenclatura que José Marques de Melo (2009a, p. 36) atribui a uma das classes textuais regularmente praticadas por jornalistas brasileiros.² Em termos sucintos, refere-se à classe de matérias consideradas agradáveis (Erbolato, 2006, p. 44), redigidas com recursos redacionais típicos da literatura e distanciadas do relato puro e simples que predomina no noticiário informativo.³

O termo “diversional” consta, pois, em taxonomia elaborada pelo referido autor a respeito dos gêneros jornalísticos. Trata-se de neologismo, sem palavra correlata em outro

¹ Considerações apresentadas pelo autor durante o 14º Congresso Ibero-Americano de Comunicação (São Paulo, ECA-USP, 31 de março de 2015), acrescidas, aqui, de pequenos enxertos que contribuem para uma melhor compreensão do assunto.

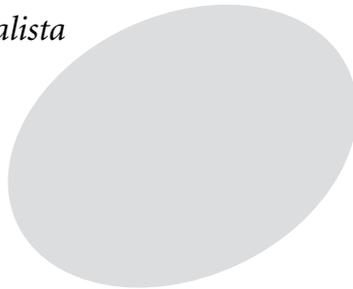
² Na classificação proposta por Marques de Melo (2009a, p. 36), é reconhecida a vigência de cinco gêneros na imprensa brasileira: *informativo, opinativo, interpretativo, diversional* e *utilitário* (ver Quadro 1, adiante).

³ Corresponde, ao menos em partes, ao que mais comumente chamam de “jornalismo literário”, o que, a nosso ver, consiste em equívoco, uma vez que os conceitos relacionados ao referido termo o posicionam no plano dos recursos narrativos. Por isso mesmo, compreendemos que *jornalismo literário* consiste no arsenal técnico de que se valem os jornalistas para dar corpo ao *gênero diversional* (Assis, 2014, p. 149).

idioma, e que, de fato, se remete transversalmente à ideia de diversão. Ideia por vezes incompreendida, a bem da verdade, porque não raramente confunde-se *conteúdo* com *forma*, como veremos a seguir.

Pautando-nos, então, por um quadro teórico alinhado à proposta classificatória de Marques de Melo, de ordem funcionalista (reconhecendo de que o jornalismo cumpre funções variadas no meio social), buscamos também ouvir, por meio de entrevistas, o que nove renomados jornalistas brasileiros, escolhidos por serem notáveis cultivadores

Na perspectiva funcionalista na qual nos apoiamos, são os contornos estabelecidos em consonância com uma função que configuram os gêneros jornalísticos



do gênero, percebem a respeito de seu trabalho. A análise, portanto, recai no cruzamento entre a base teórica e o relato sobre a prática do que chamamos de jornalismo diversional.

O jornalismo e sua forma: a questão dos gêneros

Este tópico versa, em linhas gerais, sobre o horizonte de fundo do qual brotam a questão dos gêneros e, conseqüentemente, a discussão aqui proposta: a forma do jornalismo. Trata-se de uma particularidade pouco destacada em pesquisas da área, as quais buscam mais evidenciar os assuntos pautados pela mídia e os discursos dela provenientes. No tangente ao caso particular que nos importa, observamos um grande número de estudos que relacionam informação de atualidade e entretenimento pela perspectiva do conteúdo, isto é, o jornalismo que se pauta pelo divertimento ou por possibilidades de diversão. Nós mesmos

voltamos nossa pesquisa de mestrado ao “jornalismo de variedades”, especialidade focada “na informação e na orientação a respeito das opções de lazer” (Assis, 2009, p. 233). Ocorre, porém, que *conteúdo* (o teor) se difere de *forma* (o exterior), ainda que sejam apresentados sempre juntos – ou seja, não há forma sem conteúdo e tampouco o inverso (Marques de Melo, 2009b, p. 19). Mas ambos nem sempre têm o mesmo atributo.

Explicamos melhor: o gênero a que nos dedicamos no doutorado diverte por meio de formatos “que mimetizam os gêneros ficcionais”, embora “permaneçam ancorados na realidade” – para usar a definição de Marques de Melo (2010b, p. 6) –, e que, exatamente por assim ser, se configuram pela soma de dois fatores: 1) a *materialidade*, isto é, a forma concreta, com certos caracteres essenciais, propiciada por 2) *rituais específicos* que condicionam os fazeres responsáveis pela constituição das matérias. Ou, se quisermos recorrer a outro referencial teórico, podemos indicar que se tratam dos fatores “estilísticos” e “orgânicos” – nessa ordem – apontados por Mikhail Bakhtin (1986, p. 60. Tradução nossa).

No entanto, seu conteúdo – isto é, os temas destacados, os assuntos focalizados, os casos trazidos à tona, os personagens descritos, dentre outros elementos – nem sempre está ligado ao que podemos entender como divertido. E tampouco tem a pretensão, a obrigação ou a expectativa de sê-lo. Muitas vezes, consiste em dramas humanos, assassinatos, casos de tortura, histórias de pessoas já falecidas, e assim por diante. A finalidade de diversão, por isso mesmo, se cumpre e se estabelece no relato com requintes literários.

Quando tratamos do jornalismo diversional, estamos, por essa razão, nos reportando à *forma* que se mostra capaz de divertir,⁴ e não a

⁴ Esse problema se revela até quando versamos o termo para outras línguas. Em espanhol, como exemplo, a expressão “*periodismo diversional*”, pela qual optamos (Assis, 2013), pode soar estranha aos *hermanos* que desconhecem a classificação. Porém, se usássemos a fórmula “*periodismo de diversión*”, distorceríamos o conceito, uma vez que não estamos discutindo um jornalismo sobre a diversão, mas um jornalismo que diverte.

conteúdos que versem sobre diversão, entretenimento, lazer ou similares, apesar de eles poderem ser evocados em muitos casos. *Forma*, nos diz Fayga Ostrower (1995, p. 174) – desde um ponto de vista próprio do campo das artes –, “significa, sempre: *estrutura, organização, ordenação*. Isto é muito importante, pois só podemos perceber formas, ou ordenações que sejam *delimitadas*. O que não conseguimos delimitar, nem conseguimos perceber”.

Na perspectiva funcionalista que assumimos como fundamento e na qual nos apoiamos, são os contornos estabelecidos em consonância com certa função que configuram os gêneros jornalísticos. Marques de Melo (2005, p. 129), inclusive, afirma, categoricamente: “o gênero jornalístico não se define pelo conteúdo, mas pela forma de expressão”.

Essas ideias bebem da fonte teórica dos gêneros midiáticos, articulada por Denis McQuail (2003, p. 336), que os considera “um mecanismo prático para ajudar qualquer meio de massas a produzir, de modo consistente e eficiente, e a relacionar a sua produção com as expectativas das suas audiências”. O gênero, de acordo com o autor, deve atender a quatro características: 1) *identidade* coletiva, capaz de ser reconhecida por produtores e receptores; 2) relação dessa identidade com *finalidade* (informação, entretenimento ou correlata), *formato* (aspectos que o configuram, como estrutura, linguagem) e *significado* (“referência à realidade”); 3) *permanência* dessa identidade, estabelecida consensualmente através dos tempos; e 4) uma *estrutura narrativa* e/ou um *ordenamento sequencial previsíveis*, que se moldem a padrões estabelecidos.

Portanto, um gênero que tem a diversão como propriedade se configura pela combinação de uma finalidade específica (divertir) com uma estrutura narrativa (que adota recursos da literatura em sua composição), reconhecida pelos agentes sociais que atuam no processo jornalístico (produtores e receptores) e que se mantém “relativamente estável” (Bakhtin, 1986, p. 60. Tradução nossa)

ao longo do tempo e nos espaços em que circula. Além disso, devemos levar em conta a “referência à realidade” – que McQuail indica como substância dos gêneros –, a qual liga os anseios da sociedade às funções do jornalismo.

Lorenzo Gomis (2008, p. 107-108. Tradução nossa) não deixa de notar que os gêneros refletem a evolução do jornalismo e surgem em paralelo à necessidade de a imprensa oferecer conteúdos diversificados, de naturezas variadas e/ou com funções distintas, acompanhando as expectativas sociais. Além disso, devemos atentar ao fato de que, mesmo havendo uma relação direta entre os gêneros e as funções desempenhadas pelo jornalismo – significando que eles vão surgindo conforme o avanço do campo –, sua identificação e/ou categorização esbarra numa série de impasses, “sendo possível adotar diversos critérios” e, inclusive, “reduzir didaticamente essa variedade a alguns poucos, de sentido relevante” (Gomis, 2008, p. 110. Tradução nossa).

Em geral, o que se costuma rotular como gêneros jornalísticos são as composições elaboradas por jornalistas ou por colaboradores (notícia, reportagem, artigo, editorial, etc.), sempre submetidas a finalidades/funções, independentemente do nome que se atribua a esses propósitos. Os próprios manuais de redação revelam a tendência de reduzir o termo aos “textos que mais comumente são publicados em seus respectivos jornais, limitando discussões e/ou possíveis classificações” (Assis, 2011, p. 14). Desse modo, aparece como o que anota Fernando Cascais (2001, p. 98): um “conceito operacional que designa as diferentes formas que o texto jornalístico pode revestir e que correspondem a diferentes rotinas de produção informativa”, sendo “opções de hierarquia de uma redação”, dependentes de vários fatores (organizacionais, editoriais, de recursos humanos e técnicos, bem como da natureza do acontecimento pautado). Consistem, nessa perspectiva e conforme Juan Gargurevich (2004, p. 9. Tradução nossa), em “formas que o jornalista busca para se expressar, devendo fazê-lo

de modo diferente, segundo a circunstância da notícia” – aqui, entendida em sentido *lato* –, “seu interesse e, sobretudo, o objetivo de sua publicação”.

Apesar de a ideia de “forma”, mencionada por Gargurevich, nos ser cara – como previamente acenamos –, e de entendermos que as rotinas têm acompanhado o cumprimento das variadas funções do jornalismo¹, a concepção de gênero com que trabalhamos é diferente dessas que aqui foram descritas, porque ambiciona não ser reducionista ou excessivamente operacional. Para posicionar melhor nosso marco conceitual, vejamos o que define José Marques de Melo (2009a, p. 35):

O *campo* da comunicação é constituído por *conjuntos* processuais, entre eles a comunicação *massiva*, organizada em *modalidades* significativas, inclusive a comunicação *periodística* (jornal/revista). Esta é estruturada, por sua vez, em *categorias* funcionais, como é o caso do jornalismo, cujas unidades de mensagem se agrupam em *classes*, mais conhecidas como *gêneros*, extensão

que se divide em outras, denominadas *formatos*, os quais, em relação à primeira, são desdobrados em espécies, chamadas *tipos*.

Nesse esboço, os gêneros são, primeiramente, tidos como intrínsecos ao universo da comunicação social – assimilando, conseqüentemente, as suas propriedades – e, depois, como grupos de mensagens jornalísticas diferenciados por seus intentos. Para nós, portanto, os gêneros não são tipos de textos que se determinam pela estrutura composicional das palavras ou pelos traços de estilo; eles consistem, acima de tudo, em agrupamentos que refletem múltiplos desempenhos do campo profissional, atendendo a demandas específicas e se articulando conforme as exigências dos espaços em que são suscitados. Assim sendo, a classificação tomada como parâmetro não considera a existência de, por exemplo, “gêneros informativos”, mas, sim, *do* “gênero informativo”, que abriga “formatos informativos”. E isso se dá, naturalmente, com todos os outros. O Quadro 1 ilustra melhor:

Quadro 1 – Gêneros e formatos classificados por José Marques de Melo

| Gênero | Formatos |
|----------------|--|
| Informativo | Nota, Notícia, Reportagem, Entrevista |
| Opinativo | Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Crônica, Caricatura, Carta |
| Interpretativo | Análise, Dossiê, Perfil, Enquete, Cronologia |
| Diversional | História de interesse humano, História colorida |
| Utilitário | Indicador, Cotação, Roteiro, Serviço |

Fonte: Marques de Melo (2009a, p. 36)

Em termos mais específicos, compreendemos *gênero jornalístico* como “a classe de

unidades da comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão e de recuperação oportuna de informações da atualidade, por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos” (Marques de Melo; Assis, 2013, p. 30).

Falta, então, esclarecer o que são as “unidades de mensagem” que “se agrupam em *classes*”, “denominadas *formatos*”, às quais se refere Marques de Melo (2009a, p. 35). Seu conceito,

⁵ Uma das críticas de que são alvo as classificações dos gêneros diz respeito justamente à “dificuldade de os delimitar” (Cascais, 2001, p. 98). Ainda que, ao longo do tempo, as discussões tenham enfatizado a relação estreita entre os materiais jornalísticos e as funções que eles desempenham, aceitamos que as linhas divisórias servem apenas como orientação, por nem sempre ser possível separá-las em sentido *stricto*. Ou seja, em muitos casos, o exercício classificatório aponta a finalidade principal, sem deixar de reconhecer que outras estão imbuídas nas matérias (ou no conjunto delas) que foram observadas.

bem como sua subordinação a um conjunto maior, foi incorporado, pelo autor que nos ampara, em conformidade com a terminologia comum aos estudos midiáticos (Mcquail, 2003, p. 339). Contudo, tratando do jornalismo, especificamente, “formato” diz respeito às várias disposições textuais – expressões concretas dessa atividade profissional – que repórteres e cooperadores empreendem.

No dicionário da língua portuguesa, a palavra formato é descrita como sinônimo de “feitio, forma” (Ferreira, 1986, p. 800). Corresponde, logo, à “dimensão objetiva” dos gêneros jornalísticos, referida por Josep Maria Casasús e Luis Núñez Ladevéze (1991, p. 87. Tradução nossa), a qual nos “nos conduz à apreciação de modelos estruturais e estilísticos cujos conjuntos prototípicos recebem diversas denominações”, como notícia, crônica, artigo, reportagem, etc., como se observa no Quadro 1. Em decorrência, *formato jornalístico* “é o feitio de construção da informação transmitida pela mídia, por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica em cada sociedade nacional” (Marques de Melo; Assis, 2013, p. 32).

Os formatos são definidos, por Denis McQuail (2003, p. 340), como “sub-rotinas para lidar com temas específicos dentro de um gênero”, sendo dependentes das circunstâncias em que há necessidade de se fazer uso deles. Isto é, o formato não tem finalidade própria, isolada, mas, sim, acompanha aquela a que o gênero ao qual está subordinado pressupõe. Um exemplo: o formato “roteiro” é adotado quando se espera o uso do “gênero utilitário”, o qual se presta ao serviço (a ser útil), por meio de pequenas doses de informação, organizadas de modo a auxiliar os cidadãos em tomadas de decisão cotidianas.

A lógica parece-nos clara. Os formatos materializam o papel que o gênero deve cumprir, tendo suas características definidas não apenas pela superfície do texto (a materialidade, os elementos linguísticos), como, principalmente, pelas lógicas internas de

produção. E embora “formato” seja palavra encontrada mais no vocabulário dos profissionais de TV (Aronchi de Souza, 2004, p. 45) do que no ambiente das redações, esse termo nos ajuda a entender os limites e as possibilidades das composições jornalísticas.



A natureza diversional desse novo tipo de jornalismo está justamente no resgate das formas literárias de expressão, relegadas a segundo plano

Esboço teórico sobre o jornalismo diversional

Retomando colocações precedentes, sublinhamos que o conceito de “gênero diversional” projeta a diversão no campo do jornalismo, reconhecendo-a como função legítima e assumindo que há produção e consumo de material jornalístico que diverte. José Marques de Melo (2006b) apresenta-o como aquele que se robustece como “contingência do jornalismo no sentido de sobreviver num ambiente midiático dominado pelo entretenimento”.

Obviamente, o divertimento – ou entretenimento – a que estamos nos referindo não é exatamente o mesmo proporcionado por espaços humorísticos vigentes na imprensa, como seções de piadas, histórias em quadrinhos, entre outras formas que não têm a obrigação de abordar assuntos, quaisquer sejam, de maneira verossímil. Também não é o mesmo entretenimento oferecido por outras produções midiáticas, de natureza ficcional. Desse modo, condescender que o jornalismo proporciona certa dose de diversão a seu público, por meio de conteúdo interessante, agradável de ler – ou de assistir/ouvir, já que essa prática não é restrita aos suportes impressos –, é acatar a vigência de uma classe de mensagens independente e que

se diferencia pelas condições que pressupõe e que possibilitam a efetivação desse propósito.

Entretanto, nem sempre se pensou assim. Em sua tese de livre-docência, defendida em 1983, na qual propôs sua primeira classificação dos gêneros, Marques de Melo (2003, p. 64) chegou a desconsiderar essa autonomia, alegando que a diversão não passava de “mero recurso narrativo que busca estreitar os laços entre a instituição jornalística e o seu público e não transcende a descrição da realidade, apesar das formas que sugerem sua dimensão imaginária”. A justificativa foi não ter encontrado “ancoragem” dessa tendência “na práxis jornalística observada no país” naquela conjuntura, ainda rescaldo da re-

Não há razão para que notícias de importância econômica e social deixem de ser apresentadas ao lado de matérias menos importantes e mais atrativas

pressão da ditadura militar (1964-1985), que cerceou a atuação dos jornalistas brasileiros.

O que se expôs naquele momento ainda gera dúvidas, especialmente motivadas por leituras desatentas. Embora sem categorizar o jornalismo diversional – por constatar que a imprensa diária brasileira não se dedicava a essa possibilidade –, o autor não deixa de reconhecê-lo no plano conceitual. Aceitando a analogia feita por Mário Erbolato (2006, p. 43) entre essa nomenclatura e o “novo jornalismo” – ou *new journalism*⁶ –, ele explicou,

⁶ Demarcando uma revolução – ou uma evolução, ao menos – na imprensa dos Estados Unidos, o *new journalism* teve seu início na década de 1960 (embora haja algumas controvérsias quanto ao seu provável começo). Não chegou a ser um movimento formal, pois os repórteres não o promoveram de maneira organizada; pode-se dizer que agiam mais de maneira intuitiva (Wolfe, 2005, p. 27-28). Distinguiu-se pelo “estilo de reportagem inovador” – conquanto questionável –, “que veio com a intenção declarada de reformar o jornalismo e que, ao se espalhar pelo mundo, conseguiu abalar o cânone das rotinas produtivas e da estilística em muitas redações” (Castro, 2010, p. 47).

na mesma tese, tratar-se “de narrativa jornalística que exige sensibilidade, envolvimento afetivo e profunda observação dos protagonistas das notícias e dos ambientes em que atuam”:

A natureza diversional desse novo tipo de jornalismo está justamente no resgate das formas literárias de expressão que, em nome da objetividade, do distanciamento pessoal do jornalista, enfim da padronização da informação de atualidades dentro da indústria cultural, foram relegadas a segundo plano, quando não completamente abandonadas (Marques de Melo, 2003, p. 33-34).

O desacerto entre a explicação teórica e a proposta classificatória deixou, por muito tempo, a legitimidade do gênero em suspenso. Hoje, porém, após reexaminar essa dinâmica, o autor aponta, com precisão, que, na história do jornalismo, o século 20 figura “como um caldeirão de novos gêneros e formatos, reciclando os gêneros *informativo* e *opinativo*, e testemunhando o aparecimento de gêneros complementares”; entre eles, “embora denotando intensidade sazonal”, “aparece um segmento de natureza emotiva e hedonística, nutrido pela civilização do ócio, configurando o gênero *diversional*, cuja identidade vacila entre o mundo real e a narrativa imaginária” (Marques de Melo, 2010b, p. 2-3).

É nesse panorama que se situa o gênero “complementar” e de caráter “emocional” aqui estudado. É *complementar* porque, hegemonicamente, o jornalismo permanece polarizado na informação e na opinião (Marques de Melo, 2010a, p. 92); logo, os demais agrupamentos, que surgiram ao longo do último século, ofereceram novas possibilidades ao que já era – continua sendo – de praxe no jornalismo. É *emocional* pelo fato de atender aos anseios de uma sociedade hedonista que espera encontrar em várias frentes – até mesmo no jornalismo – algo a lhe dar prazer (incluindo prazer estético) e que, pelo mesmo motivo, valoriza cada vez mais as emoções.

De volta à questão privilegiada no tópico anterior, isto é, a da forma, é justo fazer um

esclarecimento. Na conclusão alcançada em nossa tese, defendemos que, embora Marques de Melo (2006a; 2009a, p. 36) estabeleça dois formatos distintos para o gênero – *história de interesse humano* e *história colorida*, como se viu no Quadro 1 –, os elementos constituintes de ambos⁷ demonstram se fundir num só fazer, o que nos levou a determinar que o jornalismo diversional se manifesta em um formato básico, podendo ser desdobrado em variados tipos,⁸ a depender das circunstâncias. A esse formato, chamamos *reportagem de interesse humano*. Por duas razões. Primeiro porque “reportagem” é o que os jornalistas revelam e afirmam, de fato, produzir, quando cultivam o gênero discutido. Depois, porque o “interesse humano” consiste no traço que confere identidade à forma específica dessa classe. Ao afirmar isso, não nos referimos apenas ao fato de as histórias narradas serem interessantes por seu teor (afinal, isso corresponde ao conteúdo); mas, também e principalmente, tratamos desse “interesse” como recurso expressivo capaz de convertê-las em relato apto a divertir, a mexer com as sensações daqueles que se puserem a contemplá-lo.

⁷ Nos termos dados pelo autor, *história de interesse humano* é “narrativa que privilegia facetas particulares dos ‘agentes’ noticiosos. Recorrendo a artifícios literários, emergem dimensões inusitadas de protagonistas anônimos ou traços que humanizam os ‘olimpianos’. Apesar da apropriação de recursos ficcionais, os relatos devem primar pela verossimilhança sob o risco de perder a credibilidade”. Já a *história colorida* se apresenta em “relatos de natureza pictórica que valorizam tons e matizes na reconstituição dos cenários noticiosos. Trata-se de uma leitura impressionista, que penetra no âmago dos acontecimentos, identificando detalhes enriquecedores, capazes de iluminar a ação de agentes principais e secundários. Não obstante a presença do repórter no cenário noticioso, ele se comporta como um ‘observador distante’, enxergando detalhes não perceptíveis a olho nu” (Marques de Melo, 2006a).

⁸ No esquema adotado por José Marques de Melo para situar os gêneros jornalísticos no universo da comunicação social, há, como já dissemos, o desdobramento desses grupos em *formatos*, os quais, por sua vez, se subdividem em *tipos*. Em texto que, com ele, produzimos a quatro mãos, assim registramos: “*tipo jornalístico* é o modelo assumido pela mensagem da atualidade com a finalidade de melhor preencher a função social que lhe corresponde na engrenagem midiática. [...] A espécie – ou seja, o tipo – varia de acordo com a necessidade de trabalhar um acontecimento de determinada maneira, mas também pode implicar numa decisão autoral ou institucional e, mesmo, seguir uma padronização exigida pelo suporte que a veicula” (Marques de Melo; Assis, 2013, p. 30).

Anterior à nossa defesa, há mais de meio século, Fraser Bond (1959, p. 7) já acenava para a dedicação da imprensa em suprir os leitores com materiais capazes de entretê-los, assegurando que “o jornal e a revista atraem o público que busca distração”, entre outras estratégias, justamente com “histórias de ‘interesse humano’”.

Bond não está sozinho em reconhecer esse mérito. Edwin Emery, Phillip Ault e Warren Agee (1974, p. 58. Grifo nosso) apontam que, nos Estados Unidos, ainda no término do século 19, os jornais se preocupavam em “entreter o leitor, além de informá-lo e instruí-lo”, com a publicação de “notícias ‘de interesse humano’”, “histórias cujo valor reside *mais na habilidade de redação do que no conteúdo*” e que “sempre tiveram ampla aceitação”. Protegendo a ideia de que os veículos de comunicação têm de “equilibrar” suas funções de “informar, instruir e divertir”, os autores acreditam que “a preocupação de fornecer entretenimento ao leitor de modo algum diminui o valor social do jornal”. Ao contrário, “não há razão para que notícias de importância econômica e social deixem de ser apresentadas de forma interessante, ao lado de outras matérias menos importantes, que apresentem maior atrativo”.

O interesse humano, orienta Luiz Beltrão (1969, p. 72), pode ser despertado a partir de casos identificados em “todos os quadrantes da atividade humana”, em “todos os seres”, em “todos os domínios da inteligência e da sensibilidade”. Para transformá-los no “entretenimento” reclamado pelo “organismo social” – possibilitando a seus leitores “descansar das preocupações” –, o jornalista há de “colhê-los onde quer que se registrem”.

Houve um tempo, provavelmente no início do século 20 – embora não seja devidamente sinalizado pelos autores – em que eram postas distinções entre “informação” e “interesse humano” (Mcquail, 2003, p. 344), entre “notícia direta” e “destaques” – ou “*features*”, em inglês –, termo “genérico” que designava, nos EUA, os textos que “podiam ser redigidos quase

como ditava a fantasia”. Tratava-se da “era da notícia sentimental e de expressão jornalística quase sem limite” (Hohenberg, 1962, p. 242). Contudo, ainda na primeira metade do mesmo século, esse contraste deixou de ser persistente, uma vez que a própria prática fazia separações. Em 1940, pesquisa realizada por Helen MacGill Hughes, discípula de Robert Park e integrante da Escola de Chicago, “examinou a relação entre as duas formas de conteúdo e concluiu que os jornais norte-americanos se tinham ‘transformado de uma forma mais ou menos sóbria de registro para uma forma de literatura popular’”, como nos conta McQuail (2003, p. 344). A equação, em seu modo de ver, é algo aparentemente simples: se a atividade jornalística deriva, em parte, “de tradições muito antigas de contar histórias”, os leitores do jornalismo “são, certamente, muitas vezes mais atraídos para o ‘interesse humano’ do que para ‘notícias’ sobre política, economia e sociedade”. A curiosidade e o encantamento despertados nos ouvintes dos contadores também mobilizam os receptores da imprensa.

No “jornalismo moderno”, finaliza John Hohenberg (1962, p. 243), “o arco-íris do interesse humano arqueia-se por todo o campo”: tanto nas revistas – ilustradas, semanais, mensais, de circulação geral – quanto nos jornais, que “transformaram o velho destaque jornalístico em trabalho eficaz, colorido e bem documentado, que destronou o seu desleixado e limitado antecessor”. Nessa contextura, o interesse humano se estabiliza como recurso expressivo, técnica adequada para a composição da forma dessa natureza.

Ecos na prática

O aspecto gerador de mais entraves nas discussões sobre o gênero diversional não está relacionado à sua estrutura ou às suas características, mas, sim, ao próprio termo que o nomeia, remetido que é à *diversão*. E isso se dá por duas divergências aparentes. A primeira, especialmente levantada no âmbito acadêmico, é uma dificuldade em

compreender que diversão não necessariamente corresponde a algo engraçado, àquilo que promove o riso, ao jocoso ou ao deboche. O ato de divertir-se pode ou não ser estimulado pelo que é hilário. Além do mais, também nem sempre pressupõe a alienação que os frankfurtianos atribuíram à indústria cultural e aos seus feitos. Também se estabelece por meio de gratificação estética. Uma pessoa pode muito bem ter diversão em contato com histórias dramáticas, de sofrimento ou de superação. O teor não precisa ser espiritualoso para tanto. Os filmes (ficcionais ou não) exploram essas particularidades. As telenovelas também. Os livros, igualmente. Sempre com a mesma finalidade, ou seja, a de divertir. Com o jornalismo seria diferente? É certo, em nosso modo de ver, que não. Inserida no ambiente midiático, essa atividade busca, como se observou, encontrar meios para disputar espaço, ainda que indiretamente, com outras ofertas feitas pelos *media*.

A segunda divergência, surgida principalmente no mercado, diz respeito à diversão como caractere do jornalismo. Há um desconforto, entre os profissionais, em associar o que fazem ao entretenimento. Por isso mesmo, como antecipamos no princípio, entrevistamos, durante a elaboração de nossa tese, nove jornalistas tidos como cultivadores do gênero classificado por Marques de Melo, na intenção de compreender como percebem tal questão. Esses sujeitos, nomeadamente Audálio Dantas, Carlos Wagner, Consuelo Dieguez, Daniela Pinheiro, Eliane Brum, João Moreira Salles, José Hamilton Ribeiro, Ricardo Kotscho e Zuenir Ventura, foram escolhidos com base no cruzamento de critérios devidamente estabelecidos e justificados em nosso trabalho (Assis, 2014, p. 171-174).

Nossos entrevistados notadamente se preocupam que outros interpretem equivocadamente essa aproximação, seja pensando que a função capital do jornalismo, a de informar, está sendo sufocada por essas práticas afeitas a pormenores, seja taxando suas produções como literatura ou algo nesse

sentido. Reforçam, então, cada qual de uma maneira, que a feição por eles dada às matérias – a que denominamos “jornalismo diversional” – não se exime do compromisso com a informação, com a checagem, com a precisão e, principalmente, com a realidade. O que se busca não é ignorar as perguntas do *lead*, mas, sim, trabalhá-las de maneira mais atraente, adicionando-lhes elementos capazes de respondê-las e, de quebra, transformar o que se está contando em peça jornalística interessante, atraente, com estilo.

De seus discursos, extraímos falas que confirmaram um esforço em escrever textos que não sejam “chatos”, uma expectativa em despertar sensações (fazer rir e chorar) com o que produzem, um equiparar de suas matérias a um “microlivro”, a compreensão de que atraem seus leitores justamente pela forma – e não necessariamente (ou nem sempre) pelo conteúdo que abordam – e, principalmente, a manifestação de quererem ser lidos e de fazer algo que agrade aos outros e, antes disso, a eles mesmos.

Se, por um lado, poucos foram o que verbalizaram haver proximidade entre informação de atualidade e diversão naquilo que fazem, todos eles, por outro, reconheceram que suas matérias intentam, além da essência informativa, oferecer algo agradável aos leitores, para ser lido não na pressa com que se costuma acompanhar o noticiário, mas em momentos à parte da correria diária. Quando questionados sobre suas percepções a respeito do que possivelmente levaria as pessoas a terem apreço por essas matérias, não incomum surgiam respostas que sinalizavam, como motivos, o apreço pela forma, a procura por algo que fuja do padrão-comum – haja vista que os veículos (impressos, eletrônicos ou digitais) estão cada vez mais iguais uns aos outros – e o interesse por conhecer histórias interessantes, contadas de um jeito especial, humanizado.

Complementarmente, sobressai-se uma busca do repórter por transformar o jornalismo em um produto com qualidade similar a uma boa obra ficcional. Durante as entrevistas que fizemos para a tese, os jornalistas

chegaram a comparar seus trabalhos com elementos da teleficção, do mercado editorial, do cinema. O exercício de lidar com essas particularidades, sem sair do território da imprensa, é desafiador, confirmaram-nos. E essa percepção não é só deles. A constatação é universal, acreditamos. Por isso mesmo, os profissionais que se propõem a tal fazer – e o realizam, com visível talento –



Não é demérito entreter por meio da atividade jornalística; é, ao contrário, uma resistência à simplificação que os formatos informativos tendem a adotar

acabam se destacando entre os demais. Seu mérito é o de capturar elementos do mundo real capazes de sustentar narrativas que não só informem como também ofereçam uma gratificação a mais: uma estética que, tradicionalmente, é da literatura, mas que o jornalismo toma emprestado.

A função de divertir – motivadora da classificação que adotamos – se confirma, então, na voz desses sujeitos, seja na dos que assumem haver uma busca por composições que informem e entretenham, seja na dos que dão indícios a permitir essa dedução. Fique claro, porém: o que eles fazem não é entretenimento. Tampouco é literatura. E muito menos ficção. É jornalismo, acima de tudo. Tem apuração, tem precisão. Mas a isso se somam temperos que possibilitam textos aprazíveis.

● Considerações finais

Devemos enfatizar, por tudo o que se viu, que o cumprimento da função de divertir, subentendida pelo gênero diversional, não consiste apenas em definição acadêmica, sem vínculo com o mundo

exterior. Argumentamos, baseados nas evidências, que não se trata somente de um olhar de fora.

Os próprios jornalistas reconhecem seus trabalhos como tendo significado superior ao da informação, esbarrando na noção de entreter, mesmo tendo alguns reafirmado a ideia de que jornalismo e entretenimento não podem ser confundidos. Nós também pensamos que não deve haver essa confusão, mas isso não quer dizer que não haja influências, aproximações.

Em outras palavras, o trabalho da imprensa incorpora, sem dúvida alguma, aspectos da outra esfera referida, de modo a acompanhar a movimentação cultural do tempo em que vivemos e a encontrar saídas para que os frutos de suas performances não se tornem maçantes.

Reforce-se, porém, que, em hipótese alguma, é demérito propiciar diversão por meio da atividade jornalística. É, ao contrário, uma espécie de resistência à simplificação que os formatos informativos tendem a fazer com as questões a que se reportam.

(artigo recebido mai.2015/aprovado abr.2016)

Referências

- ARONCHI DE SOUZA, José Carlos. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2004.
- ASSIS, Francisco de. **As variedades no jornalismo brasileiro**. 2009. 254 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.
- ASSIS, Francisco de. Entre a teoria e a prática dos gêneros jornalísticos: o que dizem os manuais de redação. In: INTERCOM - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 34, 2011, Recife. Anais... São Paulo: Intercom, 2011.
- ASSIS, Francisco de. Periodismo diversional: presupuestos para su clasificación. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 42-51, jul./dez. 2013.
- ASSIS, Francisco de. **Jornalismo diversional: função, contornos e práticas na imprensa brasileira**. 2014. 444 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. **Speech genres and other late essays**. Austin: UT Press, 1986.
- BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa: técnica da notícia e da reportagem no jornal diário**. São Paulo: Folco Masucci, 1969.
- BOND, F. Fraser. **Introdução ao jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1959.
- CASASÚS, Josep Maria; LADEVÉZE, Luis Núñez. **Estilos y géneros periodísticos**. Barcelona: Ariel Comunicación, 1991.
- CASCAIS, Fernando. **Dicionário de jornalismo: as palavras dos media**. Lisboa: Verbo, 2001.
- CASTRO, Gustavo de. **Jornalismo literário: uma introdução**. Brasília: Casa das Musas, 2010.
- EMERY, Edwin; AULT, Phillip H.; AGEE, Warren K. **Introdução à comunicação de massa**. São Paulo: Atlas, 1974.
- ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GARGUREVICH, Juan. **Gêneros periodísticos**. Quito: Ciespal, 2004.
- GOMIS, Lorenzo. **Teoría de los géneros periodísticos**. Barcelona: UOCPress, 2008.
- HOHENBERG, John. **Manual de jornalismo**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MARQUES DE MELO, José. **Midiologia para iniciantes: uma viagem coloquial ao planeta mídia**. Caxias do Sul: Educs, 2005.
- MARQUES DE MELO, José. **Formatos jornalísticos: evidências brasileiras**. Pesquisa realizada no jornal “Folha de S. Paulo”, 28 mar. 2005. 2006a. (Original do autor).
- MARQUES DE MELO, José. **Gêneros da comunicação de massa: análise dos gêneros e formatos jornalísticos**. 2006b. (Original do autor).
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009a.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo, forma e conteúdo**. São Caetano do Sul: Difusão, 2009b.
- MARQUES DE MELO, José. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010a, p. 23-41.
- MARQUES DE MELO, José. Panorama diacrônico dos gêneros jornalísticos. In: INTERCOM - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 33, 2010, Caxias do Sul. Anais... São Paulo: Intercom, 2010b.
- MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. A natureza dos gêneros e dos formatos jornalísticos. In: SEIXAS, Lia; PINHEIRO, Najara Ferrari (Orgs.). **Gêneros: um diálogo entre Comunicação e Linguística**. Florianópolis: Insular, 2013, p. 19-38.
- MCQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenjian, 2003.
- OSTROWER, Fayga. A construção do olhar. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 167-182.
- WOLFE, Tom. **Radical chique e o novo jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.